

Moisés de Lemos Martins (2002) *A Linguagem, a Verdade e o Poder: Ensaio de Semiótica Social*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Patrícia Silveira

ana_da_silveira@hotmail.com

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), Universidade do Minho

Neste ensaio de semiótica social, designado *A Linguagem, a Verdade e o Poder*, Moisés de Lemos Martins conduz-nos aos enredos do discurso, recorrendo às suas próprias ideias e ao pensamento de outros autores, para questionar a natureza deste conceito, o seu funcionamento social e a forma como este se conjuga com a racionalidade. Ao longo de duzentas e dezoito páginas, organizadas em oito capítulos, o semiótico e professor catedrático da Universidade do Minho vai escavando as questões discursivas e elucidando o leitor, nunca se afastando de um olhar crítico e enriquecedor, indispensável para a compreensão do tema.

Para introduzir e contextualizar o assunto, Martins começa por descortinar aquilo que vai analisar ao longo do ensaio, iniciando com a questão da teoria geral da significação ligada, essencialmente, à possibilidade de instauração de sentido. O autor interessa-se, sobretudo, pelo lugar do sujeito da comunicação na sua experiência interacional e procura construir um pensamento consistente, partindo do estudo das teorias e metodologias de base que não se esgotam na teoria da significação. O seu objetivo é, aliás, através do contributo de múltiplas disciplinas, buscar o sentido e interrogar a significação.

A orientação seguida nestas páginas depende fundamentalmente da maneira como entendo a realidade do discurso e a actividade crítica. Meios de produção, transmissão e recepção do conhecimento, elas constituem por si o material e a dinâmica deste ensaio (p.12).

No primeiro capítulo, intitulado *O Regime do Signo e o Regime do Discurso*, o autor direciona a sua reflexão para a ideia histórica de semiótica centrada no signo, cujo sentido nasceu pela teoria da informação e pela lógica da comunicação. Percorrendo o pensamento de vários autores, esta ideia de semiótica redundante, segundo Martins, numa teoria das mensagens, em que a linguagem se esgota numa visão instrumental e representacionista, o que, para o autor, não é um entendimento crítico, mas antes, descritivo, produtivista e conformista. Assim, prefere a ideia de uma semiótica crítica, porquanto o sentido está no discurso e é aqui que se concretiza a interação entre os indivíduos. Nunca descurando de uma contextualização histórica e referência aos estudiosos que, como ele, se interrogam acerca deste tema, o autor vai desdobrando, até finalizar o capítulo, as questões da significação, do discurso, da linguagem e do signo. Conclui com a defesa da ideia de uma semiótica social, no sentido de que o sistema social é um grupo de sistemas semióticos, sendo a linguagem parte desse sistema social.

Representar e Significar é o título do segundo capítulo deste ensaio, onde Martins parte do pensamento de Humberto Eco sobre a relação signo/realidade, para problematizar os elementos signo, mundo e produção de sentido, sem, mais uma vez, deixar de complementar a sua análise com o pensamento de autores fundamentais neste domínio. Aqui, o enfoque desloca-se, sobretudo, para as questões da lógica estrutural (Saussuriana) e da lógica existencial (Peirciana). A questão central do *linguistic turn*, enquanto viragem na filosofia e na teoria social, é utilizada como mote para uma outra ideia de mudança protagonizada por José Augusto Mourão - defensor de uma viragem morfodinâmica e morfogenética da semiótica – a que o autor dá destaque. Martins termina esta parte reportando a António Fidalgo, onde apresenta e interroga a sua ideia de semiótica filosófica.

Em *O Sentido Produzido*, no terceiro capítulo do ensaio, o autor faz referência à lógica de funcionamento do discurso e dos elementos que o compõem. Aqui, Roland Barthes merece destaque, por considerar o discurso como objeto único da semiologia, sendo que, para o mesmo, a noção de texto e de frase não se situam no mesmo plano. Apoiando-se nesta ideia, Martins vai descrevendo os trabalhos de outros autores, cujo contributo foi sendo cada vez mais relevante, e introduzindo novas questões para reflexão. Já no final, o debate gira em torno da questão dos princípios aos quais o discurso se sujeita, onde o autor descreve e contrapõe Gilbert Durand e o seu ponto de vista fenomenológico, a Michel Foucault e o seu entendimento estruturalista.

No quarto capítulo, *A Racionalidade da Linguagem Humana*, Martins começa por descrever as principais características da perspectiva greimasiana – fiel ao estruturalismo – para, depois, contrapor a semiótica do enunciado à semiótica da enunciação, e abre caminho, também, para a referência a vários autores, através dos quais explica o seu ponto de vista. Num segundo momento, parte de uma apresentação histórica, e atual, da retórica, para uma análise mais completa da teoria da argumentação na língua, a partir de onde faz referência às noções de “consciência pragmática”, “consciência prática” e “sentido prático” (p.93). Neste sentido, contrapõe a ideia de racionalidade argumentativa à ideia de racionalidade sociológica. Referenciando vários autores pertinentes, como Ducrot, Habermas, Bourdieu, Joly ou Giddens, Martins insiste na ideia de uma pragmática sociológica e considera que a autoridade/poder da palavra é social.

O regime discursivo da crença é o tema central do quinto capítulo, designado *A Fixação da Crença*. A pertinência desta análise situa-se, para o autor, no facto de este conceito nos ser atribuído como algo que nos desafia a ver, convoca um saber e provoca um dizer, sendo sua vontade esclarecer algumas falhas. Invocando a fé cristã, Martins considera que o crer não é da ordem do ver nem do saber, mas é, antes, da ordem do dizer, já que o crente é aquele que ouve uma palavra e confia nela, seguindo-a e obedecendo-lhe. Por fim, partindo do pressuposto de que a nossa modernidade levou ao isolamento do dizer, o autor demonstra, através de quatro enunciados, a necessária interligação entre dizer e fazer, na crença, contrariando assim o pressuposto supracitado.

Em *O Abraço de Urso da Razão Liberal*, no sexto capítulo do ensaio, Martins discute as questões da cultura e da participação nas organizações. Refere-se ao esquema da cultura nacional, por um lado, e ao esquema da teoria da informação, por outro, inspirado em autores como Lasswell, Shannon, Weaver e Jakobson. Contrapõe ambos os

esquemas à racionalidade comunicativa e à função argumentativa da linguagem. Neste sentido, considera que os esquemas locutor-destinatário e culturas nacionais são uma racionalidade organizacional insuficiente, estando o seu entendimento inclinado para uma nova racionalidade comunicativa que não pode ser dissociada de uma interrogação que remeta para uma teoria da significação, e em que o uso da linguagem se conceba num processo triádico de interpretação dos signos. Nas últimas páginas do capítulo, Martins procura esclarecer a base consensual da retórica exibida atualmente pelos conceitos de cultura e de participação nas organizações, remetendo para o pensamento de autores como Bourdieu, Lévi-Strauss, Descartes, Searle, Austin, Peirce e Oriol.

No penúltimo capítulo, intitulado *O Envenenamento do Olhar nas Ciências Humanas*, o autor introduz a ideia de verdade da escrita - onde se jogam as conveniências sociais e políticas - por oposição ao saber interior. Neste âmbito, Martins reporta, também, à noção de texto e à noção de prática discursiva, onde existe “uma preocupação pela forma” (p.126) na produção de sentido. Introduz, ainda, os temas do estruturalismo e da pragmática, na medida em que a linguagem não descreve a verdade, apenas a significa; existindo, também neste domínio, uma preocupação pela forma, sendo um assunto no qual o autor se debruça exaustivamente, juntamente com a questão do *linguistic turn* (estruturalista e pragmático). Na avaliação que faz, seguidamente, do estruturalismo e da pragmática, Martins refere que ambos pressupõem diferentes critérios de verdade e de diálogo racional. Não deixa, no entanto, ainda neste capítulo, de falar das críticas que o seu livro *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* mereceu e de que forma as encarou, terminando com uma alusão à superação do paradigma moderno pelo paradigma pós-moderno, embora, para si, faça mais sentido falar de modernidade e da sua reescrita.

Este ensaio termina com um capítulo intitulado *A Insustentável Leveza da Retórica Pós-moderna*, onde o autor começa por fazer referência a algumas questões pertinentes da atualidade, considerando que os últimos anos foram marcados pelo regresso do indivíduo, do narcisismo, do consumismo e, com eles, regressaram também o sentido e a hermenêutica. Ao longo da sua análise, Martins recorre, principalmente, às ideias de Boaventura Sousa Santos, Pierre Bourdieu, Ricoeur e Foucault, no que diz respeito à retórica, embora tenha dúvidas quanto à confiança excessiva atribuída à retórica e à argumentação, já que defende que a força e a autoridade do discurso vêm de fora. Seguidamente, Martins remete para o seu propósito, que é chamar a atenção para o facto de a pragmática se centrar nos utilizadores da língua e no uso de signos, referindo-se a um conjunto de autores e de histórias/mitos, e não deixando de parte uma abordagem à antiga racionalidade e à nova racionalidade. Termina com a questão da pragmática sociológica, onde cita autores cujos estudos apontam para a compreensão de alguns conceitos geradores de discussão: *doxa*, prática discursiva e verdade são apenas alguns exemplos.

A abordagem que Moisés Martins adota para terminar este ensaio vai ao encontro das questões que atualmente fazem parte das vivências contemporâneas: a importância das tecnologias da informação e, mais especificamente, da tecnologia do digital, um mundo recheado de novos suportes de comunicação/informação, as indústrias culturais e a civilização da imagem, esboçam os contornos de uma nova realidade e conduzem

à possibilidade de múltiplas interpretações. Podemos mesmo dizer que, neste ensaio, somos confrontados com um pensamento coerente e amplamente enriquecido que, em algumas páginas, traça as questões mais pertinentes da semiótica, sendo-nos permitido, igualmente, ir tomando contacto com autores de referência nesta área. E se, ao longo dos estudos universitários, dúvidas há acerca do interesse e da praticabilidade da semiótica, sobretudo por parte dos alunos, este ensaio poderá servir como muleta de apoio para essas incertezas, já que, segundo Martins, a universidade deve insistir nos espaços de leitura, de escrita, de poesia, de sonho, de arte, do ensaio, da experimentação e do pensamento (p.191). ✍